(RE)SIGNIFICAR E (RE)CONECTAR A ANCESTRALIDADE NEGRA PARA ALÉM DO TERRITÓRIO[1]

(RE) SIGNIFYING AND (RE) CONNECTING BLACK ANCESTRALITY BEYOND THE TERRITORY

(RE) SIGNIFICAR Y (RE) CONECTAR LA ASCENDENCIA NEGRA MÁS ALLÁ DEL TERRITORIO

Letícia Fernanda Souza Rodrigues[2]

Resumo
O presente artigo apresenta as histórias de mulheres negras que resistem frente ao racismo estrutural na fronteira Oeste gaúcha. Assim, são apresentados alguns modos de como elas rompem a herança das correntes territoriais deixadas pela escravidão, nas denominadas “charqueadas”. Para tal, foram realizadas entrevistas de forma remota, por conta da pandemia de COVID-19. Evidenciou-se que as práticas discriminatórias não só bloqueiam a mobilidade, mas também surtem um efeito de negação do corpo, no caso aqui estudado do corpo de mulheres negras na fronteira.
Palavras-Chave: Mulheres negras; Resistências; Ancestralidade.

Abstract
The aim of this paper is to show accounts of black women who resist structural racism in the West border of the State of Rio Grande do Sul. Discriminatory practices include practices that go beyond limiting mobility: they cause the victims to deny their bodies. In this particular case, the bodies of black women living in the border of the State of Rio Grande do Sul. In this article, we share the resistance of black women in that area and how they put an end to the territoriality currents inherited by slavery, in the so-called “charqueadas”. Because of the Covid-19 global pandemic and social isolation, interviews were given online.
Keywords: Black women; Resistance; Ancestrality.

Resumen
Las prácticas discriminatorias van más allá de bloquear la movilidad, tienen el efecto de negar el cuerpo, en el caso aquí estudiado del cuerpo de mujeres negras en la frontera. Compartimos aquí la resistencia de las mujeres negras en la Frontera Occidental Gaúcha y cómo rompen el legado de las corrientes territoriales dejadas por

[1] Artigo desenvolvido em parceria com o Movimento Negro de Uruguaiana. As entrevistas, os debates e as rodas de conversa resultaram no evento chamado ORÌ: Vivências & Experiências negras em período de pandemia.
[2] Doutoranda em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

la esclavitud, en las llamadas “charqueadas”. En tiempos de pandemia global provocada por Covid-19 y aislamiento social, utilizamos una entrevista en la modalidad online (virtual).
Palabras clave: Mujeres negras; Resistencia; Ascendecia.

INTRODUÇÃO

> *“*O sangue africano fervia-lhe nas veias; o mísero ligava-se à odiosa cadeia da escravidão; e embalde o sangue ardente que herdara de seus pais, e que o nosso clima e a servidão não puderam resfriar, embalde, dissemos (se voltava, porque se lhe erguia como barreira) o poder do forte contra o fraco” (REIS, 2018).

Em agosto de 2020, entrei em contato com as membras do Movimento Negro de Uruguaiana. Os relatos dessas mulheres negras me impactaram, pois eu compartilhava e sentia as mesmas angústias daquelas que tem raízes nessa terra. A descoberta da ancestralidade para muitas mulheres negras na região da fronteira é um processo doloroso e “que ferve nas veias”. As cosmovisões que coabitam no universo fronteiriço são permeadas por disputas que são intrínsecas aos conceitos de corpo e territorialidade que ora entram em confronto com as concepções colonizadoras do domínio da terra (DOS ANJOS, 2010).

A cidade de Uruguaiana sofreu no passado várias incursões militares pela Guerra dos Farrapos e Guerra do Paraguai (1865-1870). Nesse aspecto, “a Regência cria a Guarda Nacional (1831) e distribui entre os estancieiros e ricos comerciantes, patentes militares”. Desse modo, inicia-se o posto de coronel[3] na fronteira Oeste. Os quatro milhões e meio de homens e mulheres negras das etnias Gê, Nagô, Iorubá, Bantu serviram como “mão de obra escrava” nas estâncias de gado nessa região, instituindo as charqueadas. Segundo a análise histórica do professor Mario Maestri (1989) com relação às charqueadas:

> A charqueada foi essencialmente movida pelo braço do homem negro escravizado. Ainda não havia condições para uma classe de trabalhadores assalariados. A produção de charque exigia um trabalho intenso, pesado e prolongado. Somente baixas despesas e nenhum salário garantiriam altos lucros. O trabalhador livre, naqueles tempos de fronteiras amplas, preferia viver como “vagabundo” a trabalhar sob tais condições; para o charqueador, o trabalho compulsório do negro escravizado era melhor, se não única, alternativa. As condições de trabalho em uma charqueada escravista eram duras. Prática sazonal, nos períodos em que não havia a produção de

[3] Estabelecendo as bases do coronelismo na região.

> charque, o escravo também trabalhava em olarias e demais lidas, e nos períodos de produção as jornadas de trabalho eram superior a 14 horas por dia. Muitas vezes o negro literalmente desfalecia de cansaço e sono sem afastar-se de suas tarefas. Era então transportado para um barracão pulguento onde ficavam os enfermos. Lá poderia dormir um pouco, até que o feitor viesse acabar com sua malandrice [...]. (MAESTRI, 1989, p. 45)

Devido ao trabalho escravo nas denominadas charqueadas, ainda hoje, há a herança do estancieiro coronel impondo regras ao “negro charqueador” servente. Serviçal este, que, todavia, ocupa o mesmo espaço na estrutura social colonizadora.

O racismo estrutural nessa região pampeana é pouco debatida e questionada pela elite agrária local. As famílias descendentes de escravos, que sobreviveram aos dias mais árduos de servidão, ainda lutam por um lugar que sempre lhes pertencera, mas que durante muitos anos continua sendo negado.

A escrevivência de luta, resistência e ressignificação dessas mulheres do Movimento Negro de Uruguaiana e de outras mulheres negras são apresentadas ao longo desse artigo. O diálogo dessas companheiras, cujos nomes foram preservados por questão de segurança, é apresentado por meio de suas histórias de vida em entrevistas.

MULHERES NEGRAS FRONTEIRIÇAS: TERRITÓRIO E IDENTIDADE

Com lágrimas nos olhos, ela me relatou que a luta nesse território era constante. O poder ancestral lhe dava forças para seguir e continuar atendendo seus pacientes, que em sua maioria eram de origens humildes, viviam em bairros pobres e em sua maioria pessoas negras. O relato da médica Dhayane Soares foi acessado em entrevista realizada por vídeo chamada, em 17 de dezembro de 2020.

Nessa perspectiva, podemos analisar que a médica Dhayanne compreende o que está ao seu redor a partir do seu próprio corpo, de si mesmo, sua posse sobre o seu corpo, assim como uma territorialidade em constante movimento que, para onde se desloca, carrega consigo toda a bagagem cultural construída ao longo das suas trajetórias. Nesse aspecto, é sutil compreender que o corpo é constituído como um território em si mesmo num espaço, um território, um lugar que ocupa, ademais, um espaço no mundo e pode vivenciar todas as emoções, sensações e reações para enfim encontrar um lugar de “resistência” e ressignificação” de sua identidade cultural afrogaúcha (DA ROCHA, 2019, p.56).

Ao descrever o território de Uruguaiana, a entrevistada M.F, membra do Movimento negro de Uruguaiana, afirma que a cidade é “muito politicamente correta”, pois o racismo (Gonzalez, 1984) nem é citado pela população, sendo na maioria das vezes ignorado. A expressão “morenos” ao invés de “pessoas negras” é um exemplo de discurso usado nas ruas; se não fosse atuante no MNU (Movimento Negro de Uruguaiana), a entrevistada afirma que haveria afirmações por parte da população que “negros não existem, bem como o racismo”.

O território em questão pertence à região do Pampa Gaúcho, ocupado até o século XVI pelos indígenas Charruas. Com a dissolução das missões jesuíticas, foram criadas estâncias de gado, com mão de obra escrava, para servir à “Redução de Japeju”. Os escravos na região passaram a atuar no trabalho braçal no campo, principalmente nas fazendas de charque. Também atuaram como soldados nas batalhas entre Portugal e Espanha (BENTO, 1976). No imaginário regional, bem como no resto do Estado brasileiro ligado à oligarquias agrícolas, as disparidades raciais aprofundam as assimetrias das relações entre populações brancas e não brancas:

> Os africanos foram dominados em forma de escravidão e identificados como negros, crioulos ou pretos, sem qualquer respeito a suas diferenças culturais. Desta forma, estabeleceu-se desde o princípio da nossa formação histórica, uma associação entre a posição do indivíduo e a cor da pele. Através de várias gerações, foram identificados e tratados como quase gente, de forma sempre negativa em todos os planos (Da Cruz Conceição, 2010, n.p).

Ou seja, durante muitos anos, mesmo após a abolição da escravatura em território nacional, a “pseudo” paz era garantida através de um ordenamento onde cada indivíduo sabia seu lugar dentro de um determinado nicho social, não ultrapassando dessa maneira, nem circulando por áreas que não fossem estipuladas como suas para evitar o confronto e mostrar uma falsa harmonia entre as pessoas (PAIXÃO, 2013, p. 134). Nessa lógica, María Laura Silveira, afirma que o território pode ser entendido como a extensão apropriada e usada da territorialidade sendo definida como o sentido de pertencer àquilo que nos pertence” ou seja, a construção da identidade também se faz a partir do território e vice-versa (SILVEIRA, 2013, p. 39).

As mulheres do MNU têm trabalhado em todos os setores da sociedade civil. O movimento tem trabalhado a historiografia africana e as contribuições que os africanos deram à cultura gaúcha através de rodas de conversas, feiras do livro e

encontros com remanescentes quilombolas da região, entre outras ações.

O cotidiano não é nada fácil para uma mulher negra em Uruguaiana. O passado escravista ainda determina o "lugar de pertencimento" dos negros que aqui vivem, principalmente para as profissionais da educação. Ao ser questionada sobre o que significa racismo, a entrevistada E.F afirma que:

> Esta é a maldita desigualdade histórica, a exclusão que sofremos, simplesmente pela cor de pele, pelos nossos traços negroides, por sermos negros, por termos nascido negros, por termos raízes negras, por sermos de uma família negra, por termos familiares negros. Não apenas por pertencer a outra etnia, e não ser branco. Nos inferiorizam devido às nossas origens africanas, afro-brasileiras, nos classificam como racialmente inferiores e deste nos desumanizam da forma que convém, nos violentam diariamente. Temos muitas lembranças que retratam, desde a infância, adolescência e vida adulta *(*E.F, entrevista concedida em 18 de dezembro de 2020)*".*

A entrevistada evidencia que a herança histórica de exclusão e sofrimento tem impactado o equilíbrio piscossocial dos descendentes de escravos na região. Para Gercina Santana Novais (2016, p.501), é sumamente importante compreender as reivindicações desses grupos sociais minoritários, pois dentro do território fronteiriço em questão, a reconstrução da dignidade humana foi remetida a uma lógica perversa que procurava condicioná-los a um estado natural de escravidão e pobreza. Portanto, não se trata de "retratar" os afrodescentes ou "reconhecê-los" mas quebrar o "habitus" de práticas discriminatórias, abertas ou não, que são usadas como mecanismos sociais para obstruir uma possível mobilidade social. As práticas discriminatórias vão além de impedir a mobilidade e surtem um "efeito de bloqueio resultante da internalização, pela maioria dos não brancos, de uma autoimagem desfavorável" (NOVAIS, 2012, p.501).

> O racismo aqui é muitas vezes velado, silencioso, dissimulado, torna-se agressivo devido às marcas que causa. As pessoas mostram-se educadas, ao mesmo tempo ignoram, excluem por não considerar a "altura deles", mesmo tu sendo "melhor", competente, habilidoso, com estudo, graduação, experiente. (E.F, entrevista realizada por aplicativo de mensagem, em 20 de dezembro de 2020)

As formas de apropriação dos territórios estão intimamente relacionadas à identidade, visto que, em se tratando da ocupação humana, também é através de nossos corpos que o pertencimento a um lugar é demarcado. Nessa perspectiva, alteramos o espaço onde vivemos e, de algum modo, somos percebidos por outrem a partir de nossos corpos, "da mesma forma que quilombos, comunidades indígenas,

assentamentos rurais e outros territórios de povos tradicionais se constituem enquanto espaços" (SILVEIRA, 2013, p. 39).

Destacamos, em nossa análise, alguns elementos importantes para essa reflexão. Assim, demonstramos que "as corporeidades negras perfilam territórios com aspectos diversificados, questões de pertencimento que não são veiculadas pela mídia e que contam com irrisórias políticas públicas, já que são territórios identitários concebidos a partir dos conflitos com a elite, a repressão policial, a negligência por parte do poder público, entre tantas outras questões cotidianas" (MIRANDA, 2014).

Superar essa visão de território fixo tem sido um dos grandes desafios dos cientistas sociais, "posto que a concepção analítica de território fortalece a perpetuação de padrões estabelecidos para as condutas sexuais, sociais, raciais e de gênero que culminam na segregação de grupos inferiorizados" (MIRANDA ,2017, p.118). Nessa perspectiva, o militante, antropólogo e filho-de-santo José Carlos Gomes dos Anjos[4] enfatiza que vê na luta pelo território uma forma de existência emancipatória que confere aos afro-gaúchos um lugar para preservar sua ancestralidade.

Nesse aspecto, M.B acredita que pertencer ao Movimento Negro desde sua fundação representa a ressignificação de sua identidade bem como um modo de exercer ativamente sua cidadania como mulher negra: "através da entidade encontrei um meio para combater e reverter o racismo estrutural na nossa sociedade*."* (M.B, entrevista realizada em 18 de dezembro de 2020)

Dessa maneira, vimos que para as mulheres negras da região há uma intrínseca relação entre corpo, territorialidade e identidade. Elas nos relataram suas vivências e experiências na construção de suas identidades negras na região fronteiriça de Uruguaiana. A percepção de outrem em relação às entrevistadas é de que a cor da pele as define como identidade cultural. Sendo assim, seus corpos nem sempre transitam tranquilamente em "espaços de poder", como estas deixam claro nos próximos itens desse artigo.

[4] Fala apresentada na mesa Territórios e territorialidades Negras: racismo, desenvolvimento e resistências, do evento Orí: Vivências&Experiências Negras. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=GVQ0kQR7Mfo&t=6163s. Acessado em: 20/03/2021.

RESISTÊNCIA E (RE) SIGNIFICAÇÃO: ESTRATÉGIAS E PERSPECTIVAS

> "Na região, o racismo é velado na forma que as ações e atitudes das pessoas racistas vão te excluindo dos espaços (M.C, entrevista por aplicativo de mensagem, em 18 de dezembro de 2020)".

Partindo dessa constatação da entrevistada, podemos compreender a partir de Frantz Fanon que, dentro do âmbito restrito do preconceito racial, é possível vislumbrar os efeitos psicossociais do racismo a corpos e a manutenção da identidade. Ademais, os "atingidos (as) pelo racismo, o ideal do branqueamento passa a figurar no imaginário social, alienando a formação identitária de negros (as) e brancos (as). A consciência racial e a revalorização da negritude são formas de reversão da distorção de identidade" (FANON, 2008, p.30).

Nessa mesma lógica, segundo Santos, o lugar reservado para as mulheres negras na sociedade brasileira como um todo "passa por rejeição de suas características, podendo levar a intensa dificuldade de organização psíquica saudável, ou mesmo no extremo de não aceitação de si mesma, baixa autoestima, danos na formação identitária, depressão e transtornos psiquiátricos" (PRESTES; VASCONCELLOS, 2013).

Não obstante, Dhayane da Silva, médica e pedagoga, sente-se testada pelos membros do corpo médico e pelos próprios pacientes:

> Sou testada o tempo inteiro, por pacientes e meus colegas de trabalho. Diversas vezes já tive que ouvir de paciente perguntando para mim a que horas a médica chegaria ao local. Outra vez, o paciente olhou para a enfermeira e perguntou o que tinha após o término do procedimento. Eles desmerecem meus anos de estudo ao questionarem se o que foi prescrito está correto ou não. No início eu ficava envergonhada, calada e meio no canto. Hoje enfatizo, com voz firme, e sublinho que eu sou a médica! (entrevista realizada via aplicativo de reuniões virtuais , em 19 de dezembro de 2020)".

Logo, vislumbra a seguinte interpretação: nos lugares onde vigora o preconceito de origem os grupos discriminadores e discriminados permanecem rigidamente separados, como se fossem duas sociedades totalmente distintas, e que não se confundem (DA SILVA, 2016, p.191). Mesmo que as pessoas negras tenham "mérito próprio", o sistema vigente não permite sua ascensão e benefícios oriundos disso. A cor da pele é um fator determinante para sociedades colonizadas. As construções dos Estados Nacionais latino-americanos foram embasadas nos tijolos

da cor. Nessa região fronteiriça, entre Brasil, Argentina e Uruguai, tal aspecto social não se contrapõe: ele se concretiza cada vez mais pelas "famílias tradicionais"[5] da região.

Isto posto, Dhayanne Soares evidencia que mesmo pertencendo à "classe médica", sua cor de pele é um fator que não a deixa passar despercebida mesmo em sua vida cotidiana e profissional. Para Fanon (2008), o colonizado acredita que ser "branco é sinônimo de beleza e virtude e, principalmente, superioridade racial". Por isso, a linguagem corporal é o ponto crucial para o racismo estrutural brasileiro (ALMEIDA, 2019). Entretanto, cada região do território nacional aplica essas políticas em sua própria maneira. Em Uruguaiana, por exemplo, observa-se que o silêncio e não tratar desses "assuntos de morenos" é um modo de ignorar algo que não lhes pertence (aos cidadãos ditos brancos). A falácia "o próprio negro se discrimina" é comum pelas ruas da cidade, conforme as entrevistas coletadas.

Marizeth Pinto (2018), membra do MNU e cientista de política pública, enfatiza que com relação às políticas públicas:

> até hoje existem grandes obstáculos a serem superados para avançar em prol da "igualdade racial", mas isso se faz necessário enquanto indivíduos e cidadãos. Até hoje, existe grandes obstáculos a serem superados para se avançar na consolidação da "igualdade racial", mas precisamos enquanto "indivíduos e cidadãos" colaborar para que esta chaga do racismo em nosso país comece ser erradicada de todos os meios sociais e em todas as estruturas".

A resistência de mulheres negras na região se dá, entre outras coisas, por meio de heranças de "cultos de matriz africana", terras de quilombolas reconhecida pela fundação Palmares, uma localidade no interior com muro de pedras (que foi construído por negros escravizados), clubes negros fundados por cidadãos negros e reabertos no ano do centenário da abolição (SBU filhos do Trabalho e SR Laço do Amor), além de concursos de poesia e rodas de conversas com jovens negros.

Além disso, as matriarcas entrevistadas das famílias afirmam que a tonalidade de pele traz à tona processos de dor e ressignificação de força e resistência feminina. As gerações seguintes estão vindo armadas para o combate. Ela relata: "Nós

[5] As famílias tradicionais são as que ganharam terras na região no início da fundação da cidade após a dissolução das missões Jesuíticas e o massacre das Comunidades Charruas. A partir de 1814, o império português começa a distribuição das denominadas "sesmarias na região", e, até então, os proprietários utilizaram antigas instalações das estancias jesuíticas para fundar as primeiras fazendas de gado da região. Como toda a Elite do atraso (Jessé de Souza), as narrativas de classe e tradição ainda funcionam como estrutura ocultas que movem grandes engrenagem de poder da "elite" falida (SOUZA, 2017).

construímos a ponte para eles brilharem e não dependerem de homem nenhum. As mulheres dessa região têm uma característica peculiar que perpassam gerações, o amor à terra e a família".

Em virtude disso, as famílias negras e indígenas da região ainda carecem de saneamento básico e de políticas de saúde comunitária. O protagonismo da médica Dhayane Soares vem quebrando com a violência na região por meio da formação de jovens médicos, além de palestras pelos Quilombos da região e mulheres da Campanha. A falta de saneamento básico nos bairros, conforme foto abaixo, tem feito com que "A médica negra do SUS, tenha que atender, em sua maioria pacientes negros, com problemas ligados a má alimentação e falta de infraestrutura urbana; no inverno rigoroso o problema triplica", conforme a ênfase da entrevistada.

Por fim, vimos que a vida nos "pagos" não são nada fáceis para estas mulheres. O protagonismo dessas mulheres não cabe em palavras e sinônimos. O trabalho dessas flores do espinilho traz à tona a ressignificação do território. Apesar das inúmeras dificuldades, as membras do MNU tentam, de alguma forma, ajudar as famílias negras que vivem à margem da sociedade Uruguaianense. Ao acompanhá-las, enquanto pesquisadora e filha do Pampa, pude entender um pouco de mim mesma. Encontrei respostas. Encontrei um modo de lutar junto. Os corpos negros, todavia, resistem ao tempo e as inúmeras investidas da elite local. Ressignificar a ancestralidade afro-gaúcha é a saída para lutar nessa fronteira de inúmeras batalhas. A reconexão se dá por meio de encontros com outros movimentos pelo Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

"Encontrei minhas origens
em velhos arquivos
livros
encontrei
em malditos objetos
troncos e grilhetas [...]
encontrei minhas origens
na cor da minha pele
nos lanhos de minha alma
em mim
em minha gente escura
em meus heróis altivos
encontrei
encontrei-as
enfim me encontrei
(SILVEIRA, 2010, p. 118-119)

Este artigo apresentou um conjunto de conceitos que integram a literatura científica ligadas ao corpo, território, identidade e mulheres negras, sintetizando seus elementos mais pontuais, como a escuta das escrevivências das mulheres negras na região e seu entendimento sobre a construção de resistência e reconexão de suas identidades na fronteira Oeste (EVARISTO, 2011). Nesse aspecto, o objeto estudado foi analisado por meio de entrevistas realizadas via vídeo chamadas e aplicativo de mensagens devido às complicações sanitárias atuais.

Com base no que foi apresentado e na epígrafe desta seção, pudemos constatar que a construção de uma identidade feminina negra nesse território de "cultura saladeira", de passado escravocrata, é complexa. A psique de outrora ainda determina o modo de comportamento social de homens e mulheres negras no município. A transformação do território tem permeado um "novo vento minuano". As mulheres negras da região entrevistadas, mesmo sendo ora objeto de racismo, ora protagonistas de resistência e reconexão com sua ancestralidade, têm contribuído para a transformação no modo em que corpos e território se interseccionam nessa região de fronteira.

Figura 1 - União entre Uruguaiana e Maranhão por meio do Orí

Fonte: acervo da organização do evento.

A conexão entre lideranças como Anacleta, do Quilombo São José dos Pretos, Leci do Quilombo do Ibicui, MNU e o grupo do professor dos Anjos (LUTA/UFRGS) foi um marco na partilha de experiências, ideias e saberes. O Orí, Vivências & Experiências Negras, ocorrido em fevereiro de 2021, foi um dos resultados dessa

pesquisa. Os participantes negros se reuniram como cyberativistas apoiados pelos grupos/coletivos envolvidos, comunidades e entidades envolvidas/os na luta contra o racismo, por justiça social nesse período de pandemia. Dentre eles, destacamos: Movimento Negro de Uruguaiana (MNU), União das Comunidades Quilombolas de Itapecuru Mirim/MA (UNICQUITA/MA), Grupo de Estudos: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente (GEDMMA/UFMA), Laboratório Urgente de Teorias Armadas (LUTA)/Núcleo Estudos Afrobrasileiro e Indígenas e Africanos (NEAB/UFRGS).

O vento minuano ainda sopra na vida das mulheres negras que (re)significam sua luta no campo, no quilombo, no hospital, no corredor das escolas e universidades, e nos espaços proibidos pelo racismo estrutural.

REFERÊNCIAS

DA ROCHA, Ana Angelita. CORPO-TERRITÓRIO COMO ARGUMENTO CURRICULAR DE RESISTÊNCIA. **RevistaTeias 20**, no. 59 (2019): 56-71.

DA SILVA, Roberto, and Juliano da Silva Tobias. A educação para as relações étnico-raciais e os estudos sobre racismo no Brasil. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, 65 (2016): 177-199.

DOS ANJOS, José Carlos Gomes. **No território da Linha Cruzada**: a cosmopolítica afro-brasileira. Porto Alegre: Editora da UFRGS/ Fundação Cultural Palmares, 2006.

DUARTE, Flavia Giribone Acosta. **Racismo e a construção das identidades das adolescentes negras em Santana do Livramento-RS:** um estudo de caso comparativo entre o bairro Carolina e o bairro Centro. Master's thesis, Universidade Federal de Pelotas, 2017.

EVARISTO, Conceição. **Insubmissas Lágrimas de Mulheres**. Belo Horizonte: Nandyala, 2011.

FANON, Frantz. **Peles negras, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FERREIRA, Ricardo F**. Afro-descendente: identidade em construção**. Rio de Janeiro: Pallas, 2000.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, v.2, n. 1, p. 223-244, 1984.

OLIVEIRA, Nuno. Fronteiras coletivas e repertórios etnorraciais no brasil contemporâneo. **Sociologia, Problemas e Práticas**, 85 (2017): 47-66.

MENEGHEL, Stela Nazareth, Olga Farina e Silvia Regina Ramão. Histórias de resistência de mulheres negras. **Revista Estudos Feministas** 13, no. 3 (2005): 567-583.

MIRANDA, Eduardo Oliveira. “O negro do Pomba quando sai da Rua Nova, ele traz na cinta uma cobra coral": os desenhos dos corpos-territórios evidenciados pelo Afoxé Pomba de Malê. (2014).

MAESTRI, Mario. **O Escravo Gaúcho**: resistência e trabalho. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1989.

NOVAIS, Gercina Santana; CICILLINI, Graça Aparecida. **Formação docente e práticas pedagógicas:** olhares que se entrelaçam. Junqueira&MarinEditores, 2016.

PRESTES, Clélia R.S.; VASCONCELLOS, Esdras Guerreiro. Mulheres negras: resistência e resiliência ante os efeitos psicossociais do racismo. **Pambazuka News** (2013).

SANTOS, Alessandro de Oliveira. Superar o racismo e promover a saúde da população negra: desafios para o trabalho de prevenção ao HIV/Aids no Brasil. In: PAIVA, Vera; AYRES, José Ricardo; BUCHALLA, Cassia Maria (orgs.). **Direitos humanos e vulnerabilidade na prevenção e promoção da saúd**e [Coletânea]. Livro 1: Da doença à cidadania. Curitiba:Juruá, 2012.

* Artigo recebido em 13 de janeiro de 2021,
aprovado em 08 de junho de 2021.